

Educação profissional no Paraná na primeira metade do século XX: origens, objetivos e instalação das escolas técnicas

MARIA JOSÉLIA ZANLORENZI*

Resumo: Neste artigo abordamos a origem e objetivos da criação das instituições escolares de ensino técnico instaladas no Paraná na primeira metade do século XX. Esta ênfase é um dos elementos que constituem o resultado de pesquisa de mestrado na qual visamos a reconstrução histórica das escolas técnicas instaladas no Paraná no período de 1900 a 1950. Para o levantamento das fontes necessárias para a comprovação da existência destas instituições escolares, nos valem de pesquisa bibliográfica, documental e legislação da educação. Foram instalados cinco Institutos de Comércio, uma Escola de Aprendizes e Artífices, 10 Escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pesca, somando 18 escolas técnicas pública.

Palavras-chave: História da Educação; Instituições Escolares; Formação para o Trabalho; Assistencialismo.

Professional education in Paraná in the first half of the 20th century: origins, objectives and installation of technical schools

Abstract: This article discusses the origin and objectives of the creation of technical education schools installed in Paraná in the first half of the 20th century. This emphasis is one of the elements that constitute a master's research, which aims the historical reconstruction of technical schools installed in Paraná in the period from 1900 to 1950. For data survey necessary to prove the existence of these institutions, bibliographic, documentary research, education legislation. Five Institute for trade were installed, a School of Apprentices and Craftsmen, ten Rural Workers Schools and two Fisherman Schools, totaling 18 public technical schools.

Key words: History of Education; School Institutions; Training for Work; Assistance.



* **MARIA JOSÉLIA ZANLORENZI** é Doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Tecnologia - FCT/UNESP, Campus Presidente Prudente – SP; Professora do Curso de Pedagogia na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava.

Introdução

Este artigo está vinculado ao resultado de pesquisa de mestrado em Educação, desenvolvida no período de 2011 a 2013, intitulada “Educação para o trabalho: a criação das escolas técnicas no Paraná, 1900-1950”. O estudo teve como objetivo geral a reconstrução histórica das instituições escolares do ensino técnico do Estado do Paraná, criadas no mencionado período. Neste texto, tratamos especificamente da origem das Escolas Técnicas no Estado do Paraná na primeira metade do século XX, bem como dos objetivos pelos quais essas instituições receberam atenção por parte do governo estadual.

O objeto investigado e o recorte temporal do estudo delinearão os encaminhamentos metodológicos, constituindo-se este em: pesquisa documental e bibliográfica. Para a comprovação da existência e funcionamento destas instituições buscamos informações na Revista “A Escola”, Jornais, Atas, Regimentos, Decretos, Relatórios de Secretário de Governo, Arquivo Público do Paraná, Biblioteca Pública do Paraná, Casa da Memória de Curitiba, Museu Paranaense. Nos valem ainda de contatos via telefone e viagens até as cidades em que essas instituições foram instaladas, na busca de documentos, visitamos bibliotecas, prefeituras e escolas técnicas ali instaladas, as quais constituem-se objeto deste estudo.

De início, nosso propósito foi mapear e comprovar a existência das escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca no Paraná, porém, ao iniciarmos nossa investigação, percebemos que houve a criação e instalação de Institutos Comerciais, de caráter público no Estado. A partir desse fator, incorporamos os Institutos Comerciais como objeto de investigação em nossa

reconstrução histórica das Escolas Técnicas no Paraná entre 1900 a 1950.

Como resultado desta reconstrução histórica reunimos documentos que comprovam a existência e funcionamento de dezoito instituições, sendo 5 Institutos Comerciais, uma Escola de Aprendizizes e Artífices, dez Escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pesca instaladas no Paraná na primeira metade do século XX no Paraná.

O presente texto está organizado em dois momentos: primeiro, trazemos o desenvolvimento econômico e urbano do Paraná e a necessidade de formação profissional para as novas frentes de trabalho que emergiram neste contexto. Em seguida, apresentamos as instituições escolares de caráter técnico, vinculadas aos objetivos pelos quais foram criadas e instaladas no Estado.

2. Cenário econômico e político paranaense: origem das escolas técnicas no Paraná

O Estado do Paraná, no início do século XX, contava com a economia baseada na produção da erva mate, da madeira e do café. A erva mate foi o produto que principiou a industrialização no presente Estado. Sua expressividade econômica, pela exportação para outros Estados do país incentivou o povoamento, a fundação de cidades, acelerou a industrialização e o aumento do comércio interno do Paraná (OLIVEIRA, 2001). Em 1902, a erva mate ocupava 31% do orçamento do Estado e se mantém na liderança de produção e exportação como principal produto da economia paranaense até ser superada pelo café, o que ocorreu no segundo quinquênio do século XX (WACHOWICZ, 1995).

Movimentava-se, nas cidades mais expressivas economicamente do Estado, entre estas citamos: Paranaguá, Ponta Grossa, Castro, Guarapuava e, especificamente em Curitiba, - Capital, cada vez mais o sistema de compra, venda e consumo. A dependência dos produtos agrícolas daqueles que moravam no setor urbano potencializou a concretização do comércio nas cidades paranaenses. Deste, dependiam os artesãos, os trabalhadores das fábricas, quem tinha seu estabelecimento comercial, ou os que executavam uma, das mais diferenciadas atividades urbanas existentes no período. O comércio curitibano, destaca-se neste cenário. Em 1910, já contava com diversas lojas, vendas, mercados, armazéns, mercearias, feiras, confeitarias, alfaiataria, farmácia, e casas de comércio dos mais variados artefatos que cumprem e ostentam “[...] o papel das primeiras vitrines da civilização burguesa” (BRANDÃO, 1994, p. 43).

O setor industrial se firma diante da oferta da mão de obra barata, do consumo gerado pelo contingente da população na cidade, da imigração e migração; fato que intensifica a urbanização. Nesse emaranhado de relações e de evolução, na crença e na busca pelo progresso, no consumo dos modismos copiados do modelo europeu, na imitação dos países republicanos mais desenvolvidos, o capitalismo toma forma como sistema econômico (BRANDÃO, 1994).

O Estado do Paraná, influenciado pelos ideais republicanos de progresso, liberdade, desenvolvimento da economia e da importância atribuída à instrução do povo, toma medidas para oferecer à sociedade instituições educacionais, entre estas estão as escolas técnicas.

Foi nesse contexto de desenvolvimento econômico, necessidade de pessoas para

o mercado de trabalho, crescente população urbana seguida pelo aumento da pobreza, que foram instaladas na primeira metade do século XX, os Institutos Comerciais, Escola de Aprendizes e Artífices, Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca do Paraná.

O diferencial destas instituições mostra-se, tanto na formação profissional oferecida, no público a ser atendido e formado, quanto na sua proposta de atendimento. Esses fatores influenciaram seus currículos, forma de seleção dos alunos, organização, funcionamento e nos objetivos que estas instituições receberam, pelo governo, já na sua criação.

Os Institutos Comerciais, no Estado do Paraná, foram instalados nas cidades com maior desenvolvimento do comércio e atenderam a formação dos filhos de operários e dos pequenos comerciantes. Já a Escola de Aprendizes e Artífices e as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca atuaram como instituições de acolhimento, abrigando crianças, filhas de famílias pobres; órfãos que permaneciam nos lugares públicos, nas praças e nas ruas, vivendo da mendicância. As Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca foram instaladas, na zona rural, distante dos centros urbanos

Explorado sobre o desenvolvimento econômico do Paraná - cenário em que surgiu a necessidade da criação e instalação das escolas técnicas no Estado - na próxima seção tratamos da instalação das Escolas Técnicas no Paraná e dos objetivos pelos quais estas instituições passaram a ser necessária naquele contexto.

2.1 O ensino profissional no cenário do desenvolvimento econômico do Paraná: a instalação das escolas técnicas

Sobre a criação e instalação dos Institutos Comerciais, algumas das cidades do Estado do Paraná contavam com seu setor comercial organizado; já existiam várias casas de comércio,

principalmente as que deveriam atender as classes mais abastadas economicamente. O desenvolvimento urbano industrial do período exigiu novas frentes de trabalhos e, para atender a necessidade comercial, segundo os registros encontrados nos Relatórios do Secretário do Governo, foram criados, no início do século XX, cinco Institutos Comerciais no Estado:

Quadro 1 - Institutos Comerciais criados no início do século XX

Instituição	Cidade de instalação	Decreto e Ano
Instituto Comercial da Capital	Curitiba	1905
Instituto Comercial de Castro	Castro	1905
Instituto Comercial Becker	Guarapuava	1905
Instituto Comercial João Cândido Ferreira	Ponta Grossa	1907
Instituto Comercial de Paranaguá	Paranaguá	1910 ¹

Fonte: Organizada pela autora com base nos Relatórios do Secretário do Governo².

Os Relatórios de Secretários de Governo contemplam também algumas das características dos Institutos, a exemplo da oferta de formação apenas para o público masculino para atuar nas atividades comerciais das cidades. Sobre o Instituto Comercial da Capital, esta instituição, de início funcionou junto ao prédio do Ginásio Paranaense, atualmente o Colégio Estadual do Paraná.

Com vistas a formação para trabalhar no comércio, o ensino prático era prioridade na formação dos alunos dos Institutos e determinada via Regulamento:

Art. 1º Os - Institutos Comerciaes destinam se ao preparo gradual e systematico de candidatos á carreira do commercio. Artigo 2º O ensino n'esses institutos terá o carter eminentemente pratico, como

convem á estabelecimentos d'essa natureza e será ministrado em tres annos de curso (PARANÁ, 1910, p. 5).

A formação oferecida era pautada na necessidade de saber ler, escrever, contar, ter grafia agradável para registrar as vendas dos estabelecimentos. O currículo, composto por conteúdos distribuídos nos três anos de formação foi determinado pelo Regulamento orgânico dos Institutos Comerciais, Decreto n. 235 de 1910. As exigências para a formação transitavam entre o ensino de exercícios de redação, leitura, escrita e caligrafia no ensino da Língua Portuguesa. Sendo o uso da caligrafia um requisito do trabalho urbano de bem escrever, era considerado ainda, uma arte e útil para a “escrituração mercantil” (PARANÁ, 2010).

¹ O Instituto Comercial de Paranaguá foi criado em 1908 e inaugurado em 1910.

²As datas referentes ao ano de fundação desses institutos comerciais foram encontradas nos Relatórios do Secretário do Governo nos anos de 1905, 1906, 1909, 1910, 1911. As referências completas dos respectivos relatórios se encontram nas referências deste trabalho.

Na disciplina de Inglês e Francês, a leitura e tradução deveria ser oferecida apenas o elementar, ou seja, somente o básico. Nesses mesmos idiomas, era exigido apenas o diálogo curto sobre assuntos fáceis do cotidiano e em relação ao comércio. A disciplina de Aritmética exigia o ensino e a prática das quatro operações fundamentais, frações, sistema métrico decimal, noções fundamentais sobre números e sistema de numeração, que objetivava a contabilidade comercial.

No ensino de Geografia ressaltam-se as questões nacionais. O tema “Brasil” toma o centro do conteúdo de geografia no discurso do Estado, a valorização da pátria nos primórdios republicanos se manifestava nos currículos já no início do século XX.

Esse tipo de ensino continuou a ser ministrado mesmo depois do decreto n.º 17.329, de 1926, momento em que os Institutos de Ensino Comercial foram reconhecidos pelo Governo Federal. Apesar de sua existência passar pelo reconhecimento federal, a organização do ensino para o comércio não sofreu alterações significativas no que concerne a mudanças no modelo de formação. Por este regulamento, ficou definido que essas instituições permaneceriam com o mesmo quadro de disciplinas e sem perder a ênfase para as atividades unicamente práticas. Apenas foi acrescentada algumas disciplinas como: elementos de Ciências Naturais, Matemáticas elementares, História Geral e do Brasil, Instrução Moral e Cívica, Desenho e Matérias Técnicas, Geografia Econômica, Merceologia e tecnologia Merceológica, Matemáticas aplicadas, Noções de Direito Constitucional Civil e Comercial, Contabilidade, Química Aplicada, Estenografia, Mecanografia (NAGLE, 1990).

Permanecem os conteúdos para a formação profissional, reforçados com as disciplinas que focam a economia e o comércio. Junto à disciplina de Geografia que enfatizava as questões nacionais, foi acrescido História Geral e do Brasil e Instrução Moral e Cívica. Além de visar uma preparação para o trabalho no comércio, agora o amor à pátria toma forma mais evidente a partir do Decreto n. 17.329, de 1926.

Outro tipo de instituição criada no início do século XX para atender a formação da classe trabalhadora foram as da Escola de Aprendizes e Artífices. Estas, passaram a existir na vigência do presidente Nilo Peçanha, pelo Decreto n. 7. 566, de 23 de setembro de 1909. Criadas em todo o território nacional, sua manutenção era de responsabilidade do Ministério da agricultura, Indústria e Comércio.

O Decreto n. 7. 566, de 23 de setembro de 1909, do presidente Nilo Peçanha, que criou as escolas de aprendizes e artífices, estipulava sua manutenção pelo Ministério da agricultura, Indústria e Comércio, a quem cabiam os assuntos relativos ao ensino profissional não superior. [...]. A finalidade dessas escolas era a formação de operários e contramestres, mediante ensino prático e conhecimentos técnicos necessário aos menores que pretendessem aprender um ofício, em “oficinas de trabalho manual ou mecânico que forem mais convenientes e necessários ao estado em que funcionar a escola, consultadas, quanto possível, as especialidades das indústrias locais” (CUNHA, 2000, p. 63).

O Decreto 7.566/1909, mostra claramente a relação entre o pensar educacional republicano, no que se refere a criação das escolas de Aprendizes Artífices, e a situação social e econômica no contexto em que a

mesma foi criada, com a seguinte proposição:

Considerando: Que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; Que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; Que é um dos primeiros deveres do Governo da república formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909).

Essas instituições receberam um perfil diferenciado na sua criação e instalação, além da preparação de mão de obra para o setor produtivo urbano, seu objetivo foi retirar as crianças abandonadas das ruas, dar abrigo e formar o trabalhador disciplinado, defensor da pátria e contribuir para progresso da nação.

No Paraná, A Escola de Aprendizes e Artífices foi instalada e inaugurada em Curitiba, em 16 de janeiro, de 1910, e responde ao que pede o Decreto 7.566 de 1909, atender aos desprovidos da sorte e necessitados de atenção social, aqueles que eram mantidos, de alguma forma, pelo assistencialismo da época.

A Escola de Aprendizes Artífices do Paraná ofereceu os cursos de sapateiro, alfaiate, marceneiro, serralheiro mecânico e ferreiro. Ao lado destes conhecimentos práticos, de formação utilitária, viria também a orientação pela ordem moral e social, amor à pátria, gosto e amor ao trabalho, principalmente o trabalho braçal. O aluno dessa instituição deveria conceber que o

trabalho, diante da sociedade, tem princípio enobrecedor. Esse perfil de sujeito a ser formado tinha objetivo e público específico e bem definido:

[...] a integração à nacionalidade por meio da ação benéfica da educação, que disciplinaria pelo trabalho dois grupos potencialmente heterogêneos e perigosos, os pobres e os estrangeiros. A escola teria a função de homogeneização destes grupos, auxiliando a uniformização essencial para a ideia de nação, através da dissolução dos limites raciais e do compartilhamento de um mesmo status (QUELUZ, 1986, 56).

Sair da situação de vadiagem e contribuir, pelo trabalho, para progresso do país era um pressuposto ideológico utilizado pelos republicanos junto aos menos favorecidos economicamente. A educação, no entendimento dos republicanos, era é instrumento mais viável para este fim e o desenvolvimento econômico nacional deveria soar a este público como uma advertência: “Eles precisavam ser *educados* para verem o trabalho como um dever.” (CUNHA, 2000, p. 145).

A necessidade de formar para o trabalho não ficou limitada somente ao setor urbano-industrial. Sendo o Brasil um país de economia agrícola, a contribuição deste setor com o progresso da nação, influenciado pelo ruralismo pedagógico, passou a chamar a atenção, no âmbito educacional. Este discurso ideológico penetrou no ensino profissional agrícola e pretendeu adaptar a escola ao projeto do governo pautado nos ideais do nacionalismo e aos interesses hegemônicos. Segundo defensores³ do ruralismo pedagógico, a formação profissional devia ser

³ Como defensor do ruralismo pedagógico, mencionamos Sud Mennucci - Defendia uma escola rural voltada para o trabalho e um

“aparelho educativo organizado em função da produção” (MENNУCCI, 1944: 270).

oferecida conforme a realidade em que o sujeito estava inserido, o que deu origem à criação de escolas técnicas e cursos que atendessem a formação dos filhos do trabalhador rural.

No Estado do Paraná, as condições em que a agricultura se encontrava, em termos de tecnologia e qualidade nas produções de alimentos e criação de animais não favoreciam o avanço econômico que o Governo de Manoel Ribas desejava para o Estado. Fatores como a falta de pessoas que dominassem os novos métodos para o cultivo das terras, em substituição aos conhecimentos tradicionais na produção agrícola e pecuária, inquietavam o governo paranaense. O anseio pelo uso dos novos métodos, justificados pela necessidade de se produzir mais para a população que aumentava nos setores urbanos, Manoel Ribas relata a importância de “amparar” a população rural do Paraná:

No Paraná, onde somente agora se começa a fazer alguma coisa em prol da agricultura e da pecuária e onde a feracidade prodigiosa da terra e a excelência inegável do clima são dádivas de Deus, bem justificado é que o Govêrno ampare a sua população rural, que a oriente e incentive nas práticas agrícolas, para que, em realidade ocupe no Brasil a posição destacada que lhe compete (PARANÁ, 1937, p. 89).

O Interventor Manoel Ribas⁴ defensor do desenvolvimento da agricultura, destinou incentivos a este setor para impulsionar o desenvolvimento da economia do Estado e, nesse contexto, ante as suas “preocupações” sobre a urgência de modernos métodos na agricultura e superação dos entraves ao

progresso, criou as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca, no Estado do Paraná. Como demonstram os registros:

O Governador do Estado do Paraná, tendo em vista que a falta de trabalhadores ruraes com os conhecimentos técnicos exigidos pelos modernos methods culturaes, tem constituído sério entrave ao progresso agrícola do Estado decreta: Art. 1º - Fica creada a Escola de Trabalhadores Ruraes, que terá a sua séde nesta Capital (...). Art. 2º - Fica aprovado o Regimento Interno das Escolas de Trabalhadores Rurais que com este baixa e vae assignado pelo Secretário da Fazenda e Obras Públicas. DA ESCOLA E SEUS FINS: Art. 1º - A Escola de Trabalhadores Ruraes, creada pelo Decreto 234 de 22 de fevereiro de 1935, tem por fim formar profissionais para a agricultura com os conhecimentos técnicos e práticos suficientes para atender as necessidades atuais e futura da lavoura e da pecuária nos meios ruraes do Estado (PARANÁ, DECRETO N. 234 DE 12 DE MARÇO DE 1935).

As ações do governo, com a instalação dessas instituições, foram guiadas pela necessidade do aumento da produção agrícola. Somente as modernas máquinas de preparo do solo e plantio não seriam suficientes. Era de suma importância, primeiramente, preparar o trabalhador para utilizá-los, visto que, “[...] nunca seria possível pensar em substituir simplesmente o braço do agricultor por máquinas adequadas para cada tipo de solo e cultivo, sem preparar o homem para utilizá-los

⁴ Manoel Ribas foi interventor do Estado do Paraná por treze anos, de 1932 a 1934 foi interventor, de 1935 a 1937, foi governador e de 1937 a 1945 foi novamente interventor. Manoel

Ribas iniciou a construção de obras de estradas, intensificou o fomento à agricultura e pecuária, escolas rurais e apoiou a cafeicultura (<http://www.casacivil.pr.gov.br>)

convenientemente” (ROSA, 1980, p. 132).

Para suprir tal lacuna, pelo Decreto n. 234 de 1935, o Governador Manoel Ribas criou essas instituições para atender a demanda agrícola. No período que compreende 1935 a 1950, foram instaladas dez escolas

profissionalizantes designadas em preparar o trabalhador no uso das novas técnicas, no preparo da terra, no cultivo das plantações e na pecuária e, duas escolas para o setor de pesca no Estado.

Assim, foram criadas e instaladas no Paraná 10 escolas de Trabalhadores Rurais e duas Escolas de Pesca, a saber:

Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca instaladas no Paraná entre 1900-1950

Denominação da Escola	Localização Município	Capacidade	Ano de instalação	Número matrículas
Escolas de Trabalhadores Rurais do Canguiri	Piraquára	85 alunos	1936	65
Escolas de Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti	Curitiba	60 alunos	1937	60
Escola de Trabalhadores Rurais Augusto Ribas	Ponta Grossa	110 Alunos	1938	110
Escola de Trabalhadores Rurais Olegário Macedo	Castro	100 alunos	1938	90
Escola de Trabalhadores Rurais Getúlio Vargas	Palmeira	100 alunos	1940	100
Escola de Trabalhadores Rurais Lysimaco Ferreira da Costa	Rio Negro	60 alunos	1940	60
Escola de Trabalhadores Rurais de Campo Comprido	Curitiba	30 alunos	1941	30
Escola de Trabalhadores Rurais Gil Stein Ferreira - Ivaí ⁵	Ipiranga	60 alunos	1942	60
Escola de Trabalhadores Rurais de Três Bicos	Reserva	60 alunos	1942	60
Escola de Pescadores Antônio Serafim Lopes	Paranaguá	75 alunos	1936	80
Escola de Pescadores Marcílio Dias	Guaratuba	60 alunos	1940	60
Escolas de Trabalhadores Rurais Franklin Roosevelt	Santo Antônio da Platina	---	1944	---

Fonte: Zanlorenzi (2013).

O Relatório do Governo que menciona as realizações do interventor Manoel Ribas

realizadas entre os anos de 1937 a 1942, traz uma relação com nove⁶ Escolas de

⁵ Na década de 1940, Ivaí pertencia ao município de Ipiranga-PR

⁶ A Escola Franklin Roosevelt de Santo Antônio da Platina, não se encontra no quadro

apresentado no Relatório de 1937 - 1942 pelo fato de ter sido instalada em 1944.

Trabalhadores Rurais e duas de Pescadores, instaladas nesse mesmo período. A Escola de Trabalhadores Rurais Franklin Roosevelt, instalada em Santo Antônio da Platina, também foi criada e instalada no período administrativo de Manoel Ribas. Sua data de instalação foi 1944, por este motivo não está presente na relação das ações de Manoel Ribas no Relatório do Governo - 1937 e 1942.

O primeiro regulamento para Escola de Trabalhadores Rurais ofereceu formação teórica e prática com duração de oito anos divididos em: ensino primário, com duração de quatro anos; ensino complementar, com duração de dois anos e, ensino profissional com duração de dois anos. O ensino no Curso Primário obedeceu a orientação e o programa das escolas primárias do Estado. Os Cursos, Complementar e Profissional, dividido em quatro semestres, abarcavam as disciplinas teóricas e práticas da profissão.

Pelo Regimento de 1935, o regime escolar seria de internato e com frequência obrigatória nas aulas prática e teóricas. O Decreto n. 7.782 de 3 de dezembro de 1938, mostra as características destas instituições no Paraná:

Artigo 1º - As Escolas de Trabalhadores Rurais são internatos de ensino público destinados ao preparo geral de profissionais agricultores e criadores de ambos os sexos, de acordo com os imperativos sociais e as necessidades técnico-práticas da lavoura e da pecuária. Artigo 2º - Instaladas e mantidas pelo Governo Estadual, as escolas deste gênero devem funcionar, entretanto, no sentido de sua independência econômica, até produzirem o suficiente para manutenção e crescimento próprios. 3º Para

facilitar o cumprimento do que dispõe o artigo anterior as escolas serão instaladas em zona rural convenientes (PARANÁ, DECRETO N. 7.782 DE 06 DE JANEIRO DE 1939).

O que chama a atenção é que o público a quem foi destinada a criação e instalação das escolas, na prática, não priorizou os filhos dos agricultores, trabalhadores rurais, pois o próprio Regimento dá preferência “à matrícula nos Cursos da Escola, os filhos ou órfãos de pai e mãe [...] (PARANÁ, DECRETO N. 234 DE 12 DE MARÇO DE 1935).

Direcionadas para o ensino profissional, estas escolas atuaram na preservação da ordem social e na proteção e recuperação das crianças encontradas nos centros urbanos [...] “onde os primeiros passos mal orientados e as más companhias lhes ensinaram o abecedário do crime [...]” (PARANÁ, 1937, p. 29). Construídas na zona rural, longe dos centros das cidades, com o discurso de cunho educacional, essas escolas atuavam com diferentes características:

As instituições criadas para atendimento da educação profissional deveriam atuar no ensino dos filhos de pescadores e de agricultores, e seriam instituições voltadas a Preservação. Existiam, ainda, as instituições que abrigavam crianças menores abandonadas, chamadas de escola de Reforma. E, finalmente, havia as Escolas-Prisão, destinadas aos menores infratores, onde teriam a educação básica e aprenderiam um ofício (MARTINIÁK, 2011, p. 74).

A organização dada às escolas rurais, por meio das mudanças curriculares, não mudou sua finalidade de abrigar crianças desvalidas com o intuito de dar a elas o ensino profissionalizante e incorporá-las ao sistema produtivo. Nessas instituições foram predominantes o assistencialismo

“[...] na realidade todas as escolas recebiam todos os meninos [...] e quando era possível colocar mais algum, em qualquer escola, isto era realizado independente de sua classificação [...]” (DIEZ, 1998, p. 14). Intenção que desviou o foco e acabou por serem estas instituições depósitos de crianças, sem observar se a questão seria Preservação, Reforma ou Prisão. Nestes moldes foram criadas as Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca no Estado do Paraná entre 1900 a 1950 e a “infância desprotegida”, foi um elemento favorável e disponível para o investimento da aprendizagem de novas técnicas na agricultura, pecuária e pesca, por parte do governo.

Considerações

O sonho republicano de uma nova sociedade viu na escola e na educação uma possibilidade para atender as necessidades da nação brasileira. A escola, passa a ser o espaço de alcance da ordem coletiva, responde às necessidades políticas e econômicas da sociedade e centro de disseminação da ideologia republicana. Recebe a tarefa de formar um povo ordeiro, civilizado, trabalhador e produtivo.

Sendo a educação do povo, parte do ideário republicano, o Estado, pela educação profissional assegurou a formação de determinada parcela da população, garantindo mão de obra qualificada para o mercado.

A formação para o trabalho, ora com intenções voltadas para o desenvolvimento urbano industrial e do comércio, ora com olhar mais atento para a necessidade do avanço e desenvolvimento da agricultura, permeou as intenções e ações do governo paranaense na primeira metade do século XX. O desenvolvimento do comércio e a necessidade da expansão da agricultura

guiaram as ações do governo no investimento em educação profissional para a consolidação das relações capitalistas no Brasil.

Foi com esse viés que as Escolas Técnicas do Paraná foram criadas e implementadas. Os Institutos Comerciais, atenderam a formação para o comércio; sua demanda foi de pessoas, entendidas como “educadas”, moralmente disciplinadas e comportadas socialmente. A formação profissional pelos Institutos, os tornariam eficientes e úteis para os objetivos republicanos do período e construtores da nação.

A Escola de Aprendizes e Artífices e Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca, também movidas pelos ideais republicanos e capitalistas no Brasil, foram criadas e instaladas para responder três características do período: preparar a mão de obra para o trabalho braçal, atender à crescente demanda do setor produtivo e retirar as crianças abandonadas das ruas tornando-as produtivas e amorosas à pátria. A criação destas instituições foi um mecanismo de formação disciplinadora da pobreza, de caráter assistencialista.

O governo paranaense, diante do cenário da expansão econômica, da necessidade do desenvolvimento agrícola e a carência do uso de novas técnicas para tratar o solo e produzir mais, foi fazer uso desse contingente da população disponível e organizar a formação profissional por meio de instituições que abrigaram as crianças que perambulavam nas ruas.

O assistencialismo pautou toda a trajetória da criação e instalação da Escola de Aprendizes e Artífices e das Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca no Paraná. O objetivo foi retirar os meninos das ruas, abrigá-los em asilos, torná-los úteis, proveitosos, formando-os para o trabalho. Assim, seriam inseridos

na sociedade e acabava-se com a vadiagem daqueles que eram tidos como uma ameaça à sociedade.

Para este fim, as escolas técnicas, nas suas diferentes modalidades ou formas de atendimento e formação profissional oferecida, foi a educação, no olhar do Estado, a contento e necessária para aqueles que não contavam com fatores econômicos favoráveis para a escolha de outra formação, a não ser a profissionalizante. Aos alunos dos Institutos de Comércio, a formação para melhor fluir as ações e relações comerciais; aos alunos das Escolas de Aprendizes Artífices e Escolas de Trabalhadores Rurais e de Pesca do Paraná, uma educação correcional, assistencialista e moralizante.

Referências

- BRANDÃO, Angela. **A fábrica de ilusão**: o espetáculo nas máquinas num parque de diversões e a modernização de Curitiba (1905 - 1913). Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba; Fundação Cultural de Curitiba, 1994.
- BRASIL. **Decreto 7566**, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/dec reto_7566_1909.pdf Acesso em: 05 de jun. de 2011.
- CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.
- DIEZ, C.L.F. **Práticas sociais e a educação do menor**: a construção de um arquivo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 1993.
- MARTINIÁK, Vera Lúcia. **Processo Histórico de institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais – PR**, 2011. 135 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2011.
- MENNUCCI, S. “Relatório”. In: ABE, Anais do Oitavo Congresso Brasileiro de Educação. Goiânia, jun. 1942. Rio de Janeiro, IBGE, 1944: 289-300.
- NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. IN: FAUSTO, Boris. (Org.) **O Brasil republicano**: sociedade e instituições. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1990.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.
- PARANÁ. **Decreto n. 235 de 1910**. Regimento orgânico dos institutos comerciais. Curitiba; Typ D’ República, 1910.
- PARANÁ, Diário Oficial Estado do. **Decreto n. 234**. Atos, Decretos e Despachos do Poder Executivo. Curitiba, terça-feira, 12 de março de 1935. Ano IV.
- PARANÁ, **Mensagem apresentada pelo Interventor Manoel Ribas** a Assembleia Legislativa do Estado ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 1ª legislatura, e 1º de setembro de 1937. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1937. MFN 940.
- PARANÁ. **Relatório** apresentado a Sua Excelência o Senhor Presidente da República Getúlio Vargas pelo Interventor do Paraná Manoel Ribas. Exercício de 1932 – 1939. MFN: 825.
- PARANÁ, Diário Oficial do. N. 1984. **Decreto n. 7.782** de seis de janeiro de 1939.
- A Escola Franklin Roosevelt de Santo Antônio da Platina, não se encontra no quadro apresentado no Relatório de 1937 - 1942 pelo fato de ter sido instalada em 1944.
- PARANÁ, **Mensagem** apresentada a assembléia legislativa do Estado por ocasião da abertura da 1ª sessão ordinária da 2ª legislatura pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto Governador do Paraná, 1951. MFN: 944.
- ROSA, Maria da Glória de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília, UNESP, 1980.
- WACHOWICZ, Rui Christovam. **História do Paraná**. 7ª edição – Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda, 1995.

Recebido em 2020-10-07
Publicado em 2021-05-01